EDITORIAL: QUANDO O TRABALHO ADOECE - VIOLÊNCIA E IMPACTOS NA SAÚDE DE PROFESSORES/AS

Anna Sophia Pussi[1]

[1]Psicóloga e mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutoranda em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Assis

O trabalho possui dimensão fundamental na vida das pessoas, extrapolando a questão exclusivamente econômica e tendo relação importante com a saúde biopsicossocial dos sujeitos. Conforme Faiman (2023), o trabalho é o principal meio para se obter reconhecimento social, o sustento e a inserção na comunidade. Além disso, "Quando as coisas caminham bem, quando o trabalho promove algum enriquecimento pessoal e o indivíduo mantém a vitalidade e o interesse no que faz, trabalhar desempenha um papel importante no equilíbrio psíquico, favorecendo a saúde mental" (Faiman, 2023, p.33).

Em condições adequadas, o trabalho pode fortalecer a saúde, a identidade e as relações de cooperação dos trabalhadores, assim, trabalhar pode estar a favor do sujeito na medida em que eles experienciam certa dose de reconhecimento e consigam ir vencendo as dificuldades e os desafios do cotidiano laboral. Dessa forma, aqueles que trabalham "podem ir desenvolvendo novas capacidades e novos registros de sensibilidade. O

PUSSI,A.S. *Editorial: Quando o trabalho adoece- violência e impactos na saúde de professores/as.* R. Laborativa, v. 15, n. 2, p. 01-07, out./2026. http://ojs.unesp.br/indexphp/rlaborativa

trabalhador pode sentir coisas que não sentia antes e pode descobrir melhor o mundo. É por isso que trabalhar pode permitir o desenvolvimento da subjetividade e da saúde" (Nusshold, 2023, p. 10).

Por certo, os impactos do trabalho na saúde não se restringem apenas aos momentos em que o sujeito está no espaço de trabalho, mas afeta e repercute na existência como um todo. Deste modo, dependendo das condições em que o trabalho é realizado, pode ser uma fonte de saúde/prazer, ou de sofrimento/adoecimento físico e psíquico, degradando a vida dos trabalhadores de uma forma em geral (Gaulejac, 2024).

É importante ressaltar que um trabalho que produz experiências satisfatórias não está isento de um certo grau de sofrimento, e que nem toda experiência que produz sofrimento inevitavelmente causa alguma patologia. Enfrentar a vida significa experimentar uma certa dose de sofrimento e isso nos leva à uma movimentação, à arriscar criativamente, e consequentemente, à um crescimento pessoal. Conforme Dejours (2004), o trabalho sempre coloca à prova a subjetividade, que pode ser acrescentada e enaltecida, ou o contrário, diminuída, mortificada, adoecida. Com isso é possível aferir que trabalho não é só produzir, mas também no melhor dos casos, trabalhar é ter a possibilidade de transformar a si mesmo e de se realizar.

Mas o que ocorre quando as condições de trabalho passam a ser prejudiciais à saúde dos trabalhadores? Essa questão assume particular relevância quando considerada a realidade dos professores da educação básica. Conforme dados divulgados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2019, o Brasil é um dos países mais perigosos para docentes, visto o alto índice de ameaças e agressões contra professores nas escolas. Segundo esta pesquisa, os tipos de violência mais comuns contra professores no espaço escolar, são: agressão verbal, discriminação, agressão física e furto/roubo.

Em outra pesquisa divulgada pela OCDE em 2025, a indisciplina dos alunos está aumentando e os professores passam mais tempo em sala de aula lidando com situações de desrespeito, intimidação e violência verbal do que na última pesquisa publicada em 2019. Esse dado apresenta relação direta com o aumento do estresse de professores relacionado ao trabalho.

No Brasil, em torno de 20% dos professores relataram estresse elevado, valor considerado acima da média quando comparado com outros países. Esses dados apresentados podem estar associados à desvalorização social dos professores da educação básica e às condições de trabalho marcadas por diferentes fatores de desgaste (Silva et al, 2023).

Autores como Casadore (2018) e Rodrigues, Faiad e Facas (2020) nos relembram que o mundo do trabalho possui alguns fatores de riscos psicossociais que podem afetar negativamente a saúde do trabalhador. No contexto laboral dos professores, destacam-se alguns: salários defasados, superlotação de salas de aula, elevada carga horária laboral, violência nas relações com alunos, seus familiares e com equipe diretiva, desamparo institucional, entre outros fatores de risco psicossocial (Costa et al., 2025; Souza et al., 2023).

Assim, respondendo a pergunta anteriormente apresentada, quando o trabalho passa a oferecer condições precárias de realização que possam prejudicar a saúde biopsicossocial dos trabalhadores, seus recursos e suas defesas pessoais podem se esgotar, desencadeando processos de sofrimento e, em alguns casos, o desenvolvimento de doenças relacionadas ao trabalho e a degradação da vida como um todo (Seligmann-Silva, 2011). Nesse contexto, evidenciamos a urgência em nos atentarmos aos impactos da violência laboral sobre a saúde dos professores, visto que as pesquisas apontam para o aumento expressivo de situações violentas vivenciadas pelos docentes em seu espaço de trabalho.

Compreendemos que a exposição à violência laboral pode repercutir negativamente sobre a saúde física e mental dos professores, além de contribuir para o afastamento temporário ou definitivo do trabalho. Nesse sentido, a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT), atualizada pela Portaria GM/MS nº 1.999, de 27 de novembro de 2023, reconhece a violência no trabalho como fator de risco psicossocial relacionado a diferentes expressões clínicas de sofrimento. Entre elas, encontram-se episódios depressivos, transtorno depressivo recorrente, transtornos ansiosos, estado de estresse pós-traumático, esgotamento (burnout) e transtornos delirantes persistentes, entre outros.

Mas é importante mencionar que a compreensão da violência relacionada ao trabalho docente e de seus impactos sobre a saúde dos professores é dificultada, principalmente, por dois fatores. De um lado, determinadas formas de violência são naturalizadas, minimizadas ou não reconhecidas como tal, sendo frequentemente interpretadas apenas como indisciplina (Zucco e Trindade, 2024). De outro, persiste a subnotificação dos casos de adoecimento relacionado ao trabalho, especialmente daqueles que envolvem a saúde mental. Como destaca Baruki (2018), "sabe-se que nos casos de adoecimento relacionado ao trabalho a subnotificação ainda é um grave problema. No tocante aos transtornos psíquicos, a situação adquire contornos até mais preocupantes" (p. 93).

Algo que influencia muito nesses dois fatores diz respeito à falta de protocolos em relação ao que fazer no caso de violência contra professores no espaço escolar. Sobre isso, Giordani e Seffner (2017) e Zucco e Trindade (2024) mostram que não há uma padronização, mas que as intervenções e encaminhamentos realizados são feitos de acordo com a expertise da gestão de cada escola, que muitas vezes são omissas e/ou deixam os professores desamparados diante da violência no trabalho.

Diante desse cenário, entendemos que é fundamental ampliar a produção de conhecimento sobre a violência no trabalho docente, não apenas para compreender seus impactos sobre a saúde dos professores, mas também para subsidiar ações de prevenção, conscientização, enfrentamento e promoção da saúde no trabalho.

Nesse movimento, os pesquisadores possuem papel importante na produção e disseminação de conhecimentos que deem visibilidade às diferentes formas de violência vivenciadas pelos docentes e contribuam para a construção de estratégias de intervenção. Entretanto, para que seja possível transformar essa realidade, não podemos nos restringir às discussões no campo científico. É necessário o engajamento das instituições e do poder público na formulação e efetivação de protocolos para o enfrentamento das situações de violência, bem como de políticas públicas que promovam condições de trabalho mais seguras e favoráveis à saúde dos professores.

Referências

BARUKI, L. V. **Riscos psicossociais e saúde mental do trabalhador**: por um regime jurídico preventivo. São Paulo: LTr, 2018.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Portaria GM/MS nº 1.999, de 27 de novembro de 2023. Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para atualizar a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT). **Diário Oficial da União***: seção 1*, Brasília, DF, 29 nov. 2023.

CASADORE, M. M. Fatores psicossociais e a complexidade do trabalho: perspectivas da Psicossociologia. In: SCHMIDT, M. L. G.; CASTRO, M. F.; CASADORE, M. M. (org.). **Fatores psicossociais e o processo saúde/doença no trabalho**. São Paulo: FiloCzar, 2018.

COSTA, A. C. S.; SOUZA, E. A.; DANIELE, T. M.; FROTA, M. A. Risk factors for the mental health of basic education teachers in Brazil: integrative review. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 23, 2025.

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. **Produção**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 27-34, 2004.

FAIMAN, C. J. S. Saúde mental e trabalho: inter-relações. In: SCHMIDT, M. L. G.; RUMIN, C. R. (org.). **Psicologia e saúde no trabalho: da teoria à prática**. São Paulo: FiloCzar, 2023.

GAULEJAC, V. de. O trabalho como lugar de construção do sujeito, entre emancipação e alienação. In: BRAZ, M. V.; SILVA, P. H. I.; CARRETEIRO, T. C.; NUNES, C. G. F. (org.). **Sociologia clínica e psicossociologia**: teorias e práticas. 2024. p. 53-73.

GIORDANI, J. P.; SEFFNER, F. Violência escolar: percepções de alunos e professores de uma escola pública. **Psicologia Escolar e Educacional**, 2017.

NUSSHOLD, P. Prefácio. In: SCHMIDT, M. L. G.; RUMIN, C. R. (org.). **Psicologia e saúde no trabalho**: da teoria à prática. São Paulo: FiloCzar, 2023.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Ranking de violência nas escolas**. Tradução de INEP. Brasília, DF: INEP, 2019.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Education at a glance 2025: OECD indicators**. Paris: OECD Publishing, 2025. DOI: https://doi.org/10.1787/1c0d9c79-en.

RODRIGUES, C. M. L.; FAIAD, C.; FACAS, E. P. Fatores de risco e riscos psicossociais no trabalho: definição e implicações. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 36, 2020.

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental**: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, J. C.; LEAL, L. T. A.; BERTELLA, E.; SANTOS, C. L.; SCHMIDT, S. "Desgastes e sacrifícios" medicados: a relação trabalho e adoecimento na vida das professoras brasileiras. **Psico**, Porto Alegre, v. 54, n. 2, 2023.

SOUZA, M. C. L.; CARBALLO, F. P.; LUCCA, S. R. Fatores psicossociais e síndrome de Burnout em professores da educação básica. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, 2023.

ZUCCO, L. P.; TRINDADE, M. T. Violências: uma questão da escola? O que pensam os(as) professores(as) de uma escola pública. **Educação e Pesquisa**, v. 50, 2024.